

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, MIGRAÇÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO SUDESTE DO PARÁ

Pere Petit

**(Dr., Faculdade de História-UFPA:
petitpere@hotmail.com)**

Esta comunicação pretende contribuir aos estudos sobre os impactos das políticas públicas do governo federal e os governos estaduais, e empresas públicas e privadas, nos territórios da Amazônia Legal desde finais da década de 1970 até os dias de hoje. Destacaremos especialmente a atuação dos movimentos sociais, associações e sindicatos dos municípios da microrregião de Parauapebas (sudeste do Estado do Pará). Dialogando com as histórias de vida das lideranças dos garimpeiros e dos sem terra, as quais nos ajudaram a compreender os processos migratórios e mudanças ocorridas no mundo do trabalho na região amazônica ao longo das últimas três décadas e as lutas dos trabalhadores da região.

Palavras-chave:

Políticas Públicas – Movimentos Sociais na
Amazônia – História do Tempo Presente

POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, MIGRAÇÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO SUDESTE DO PARÁ

Pere Petit
Faculdade de História-UFPA
petitpere@hotmail.com

1. Fazendeiros e posseiros no Sudeste do Pará

Os municípios de Parauapebas e Curionópolis, situados na região sudoeste do Estado do Pará, foram fundados em 1988 após os seus moradores aprovarem, em plebiscito, a sua emancipação do município de Marabá. A maioria dos seus habitantes são migrantes chegados de outras regiões do país, sobretudo nordestinos, principalmente do Maranhão.

Em 1981 moravam em Parauapebas pouco mais de 10 mil pessoas, hoje são mais de 160 mil os seus habitantes. Quando da sua criação, o município ocupava uma extensão territorial de 17.722,3 Km². Após o desmembramento de parte do território para a criação dos municípios de Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás, restaram ao município 6.927,9 Km² boa parte dos quais destinados às atividades da CVRD, à reserva dos índios Xicrins do Cateté, ou sob controle do Governo Federal, através de projetos de preservação ambiental (APA, Rebio e Flonata).

Até meados da década de 1970, as principais atividades econômicas desenvolvidas na região de

Marabá estavam vinculadas a atividades extrativistas, sobretudo à coleta de castanha-do-pará, e madeiras.

Durante o mandato presidencial de Garrastazu Médici, visando diminuir as tensões sociais no campo em outras regiões do país, o governo federal resolveu promover, a partir de 1971, a migração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica, sob o lema de *Terra sem Homem para Homens sem Terra*. A meta inicial era receber 100 mil famílias de colonos e um total de 500 mil famílias num período de dez anos.

A propaganda oficial sobre a “terra prometida” favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial, de milhares de camponeses sem terra e minifundistas de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando, como posseiros, milhares de hectares da Amazônia, sobretudo do Sudeste do Pará. Após abandonar, em 1974, os projetos de colonização na Transamazônica, o governo federal optou por dar prioridade também na Amazônia à concentração fundiária.

A maioria dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal a projetos agropecuários na Amazônia Legal beneficiaram grandes proprietários de terra e empresas agro-industriais de outras regiões do país, contudo parte dos mesmos foi utilizada também por latifundiários da Amazônia para incrementar o número de suas propriedades rurais ou “modernizar” outras.

As famílias oligárquicas de Marabá que controlavam a coleta e comercialização da castanha intensificaram, com ajuda dos incentivos fiscais do governo federal e créditos do Banco da Amazônia (BASA), o desmatamento das áreas de castanhais para o plantio de pastos para a criação de gado. Em 1960 existiam no Pará 33 estabelecimentos rurais com mais de 10 mil hectares. Em 1985, já eram 451 os imóveis rurais, no Pará, com uma área igual ou superior a 10 mil ha.

Um dos exemplos mais preocupantes dos problemas sociais provocados pelo “modelo de desenvolvimento” ainda hegemônico na Amazônia, foi o incremento nas últimas três décadas dos conflitos por terras na região entre as diferentes “frentes de expansão” (latifundiários, posseiros, garimpeiros, madeireiros, mineradoras, hidrelétricas) e camponeses locais e povos indígenas.

Até finais dos anos de 1970, os conflitos agrários se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios de 1980 até hoje, a maioria dos conflitos ocorreram na Amazônia Legal, sobretudo no Estado do Pará. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1985 a 2008 foram registradas mais de 1.500 mortes em conflitos agrários no país, 1/3 das quais ocorreram no Pará.

O pior massacre contra camponeses ocorrido no Brasil nas últimas décadas aconteceu no município de Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando foram assassinados pela Polícia Militar do Pará 19 trabalhadores sem terra e 50 ficaram feridos.

2. Programa Grande Carajás: Parauebas no centro

A chegada dos novos latifundiários e a transformação no uso das terras de castanhais, fizeram com que, a partir de meados da década de 1970, a pecuária se tornasse a principal atividade econômica no Sudeste do Pará, até serem descobertas as jazidas de ouro em Serra Pelada e começarem a funcionar alguns dos projetos do Programa Grande Carajás.

No dia 31 de julho de 1967, o paulista Breno Augusto dos Santos, geólogo contratado pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da companhia norte-americana United States Steel, recolheu as primeiras amostras de ferro na Serra dos Carajás, hoje município de Parauebas. Análises posteriores confirmaram que em Carajás, encontrava-se a maior jazida de ferro de alto teor descoberta na Terra. Além do minério de ferro, localizam-se também na Serra dos Carajás importantes jazidas de cobre, manganês, níquel, bauxita, ouro, estanho, prata, diamante.

A partir da segunda metade dos anos 70, a exploração e comercialização do minério de ferro e de outros minerais descobertos no Pará converteram-se no objetivo principal das políticas públicas dos governos militares na Amazônia. Com essa finalidade, e já em andamento a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro Carajás, em novembro de 1980 foi instituído o Programa Grande Carajás (PGC).

A estrada de ferro Carajás—Ponta da Madeira (Parauapebas—São Luís do Maranhão), com uma extensão de 892 quilômetros, foi inaugurada em 1985, um ano depois se iniciava a exportação de ferro da Serra dos Carajás, ingressando o Pará no que podemos denominar como *ciclo econômico do minério*, que veio suplantando o anterior pautado pela extração das riquezas da floresta e pelas atividades agrícolas de subsistência.

Em meados da década de 1970, trabalhavam na Serra do Carajás cerca de 3 mil operários. Em 1980, eram mais de dez mil os trabalhadores vinculados aos diversos projetos do PGC, e, no início dos anos 90, cerca de 50 mil pessoas já trabalhavam, direta ou indiretamente, nos diversos projetos de extração e beneficiamento de mineiro que a CVRD controla no Pará. Participaram da construção da hidrelétrica de Tucuruí, iniciada em 1977 e concluída em 1984, cerca de 30 mil trabalhadores.

Privatizada em 1997 pelo governo presidido por Fernando Henrique Cardoso, pelo valor de 3,3 bilhões de dólares, a CVRD tem hoje seu valor de mercado avaliado em mais de 100 bilhões de dólares, sendo a empresa privada de maior valor de mercado na América Latina.

3. Garimpeiros em Serra Pelada: Curionópolis na periferia

Até final dos anos 1970, a procura de diamantes e de cristal de rocha, iniciada, respectivamente, em fins dos anos 30 e inícios dos 40, era a principal atividade mineira realizada no município de Marabá.

De acordo com alguns depoimentos as primeiras pepitas de ouro em Serra Pelada foram encontradas, em 1976, pelo peão José Feitosa numa grota chamada de “Grota Rica”. Em 1979, o governo federal decidiu abrir o garimpo de Serra Pelada.

Para ordenar a prospecção e controlar a compra-venda das pepitas de ouro na área que já era ocupada por uns 30 mil garimpeiros, em maio de 1980 o governo nomeou como interventor o major do Exército Sebastião Rodrigues de Moura, o “Curió”, um dos principais responsáveis pelo extermínio dos militantes do PCdoB vinculados à Guerrilha do Araguaia.

Com a descoberta de ouro em Serra Pelada, a vila de Curionópolis consolidou-se como o principal núcleo de apoio à atividade garimpeira e local de residência das mulheres e filhos de garimpeiros que até 1986 foram impedidos de ingressar na Serra.

Em 1983, que foi o ano de maior atividade extrativa em Serra Pelada, eram quase 100 mil os garimpeiros. Nesse ano foram produzidas mais de treze toneladas de ouro.

Em 1992, o governo de Fernando Collor fechou o garimpo, que foi reaberto parcialmente em 2002 por um Decreto Legislativo do Senado. Mais de 10 mil garimpeiros, que haviam abandonado o local por falta de condições de sobrevivência, retornaram a Serra Pelada, Parauapebas e Curionópolis reivindicando os seus direitos no garimpo. Hoje residem em Curionópolis cerca de 20 mil pessoas.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e o Ministério das Minas e Energia

assumiram as negociações com os grupos de garimpeiros. Esses órgãos reconheceram como legítimo representante dos trabalhadores a Coomigasp (Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Serra Pelada) e decidiram, em 2007, que quem tinha condições técnicas para explorar o ouro seria o consórcio Vale/SPE/SPDC/Colossus.

ENTREVISTAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As entrevistas que apresento a seguir fazem parte do projeto de criação do Centro de Memória dos Movimentos Populares e Sindicatos na região sudeste do Pará. As entrevistas foram filmadas e gravadas.

4. Entrevista a Etevaldo da Cruz Arantes, liderança dos Garimpeiros de Serra Pelada. A entrevista foi realizada no dia 23 de janeiro de 2010, na sua casa em Serra Pelada (Curionópolis).

Sou capixaba de naturalidade, sou filho de mineiro, os meus pais tanto maternos como paternos são mineiros, e o meu avô materno é garimpeiro, então já tem uma origem de garimpo desde a descendência. Nós somos 11 irmãos, dos quais têm 08 vivos, três morreram na infância. Moramos em Pinheiros, norte do Espírito Santo. Eu nasci no dia 27 setembro de 1964.

Em 1979, o meu pai resolveu vir conhecer o Pará (...), em seguida voltou e vendeu a nossa propriedade, e se muda em 80. Aí já Serra Pelada é descoberta. Mas o objetivo aqui não foi vir para a Serra Pelada. Somos família de camponeses, trabalhador da terra, criar gado, mas como estava Serra Pelada todo o mundo veio para Serra Pelada (...).

CHEGADA A SERRA PELADA

Eu tinha 16 anos ainda, 17 incompletos, quando cheguei a Serra Pelada em 81, quando vim pela primeira vez a Serra Pelada (...), “furando” como se dizia, vim pela mata. Vim treze vezes a pé para Serra Pelada até que eu completasse os 18 anos para poder tirar o documento (...). De 81 até agosto de 82 eu vim a pé (...). Desde lá eu tenho vivido, eu tenho vivenciado, essa história de Serra Pelada.

Aí veio o comando do Curió, onde tinha uma coordenação que cuidava de tudo, a Polícia Federal... O sistema era muito rígido. De certa maneira necessário, não daquela maneira, mas também exigia disciplina porque era muito homem. Nós chegamos aqui a ter 100 mil pessoas que, entraram que saíram. No dia a dia era em média 65 mil homens que chegou ter aqui em 83 (...).

A forma de garimpar era de forma totalmente artesanal, se baixava a céu aberto. Eram milhares de pessoas trabalhando num pequeno espaço, onde hoje está toda cheia de água, e era muito perigoso, sem dúvida, mas a gente tinha uma expectativa de melhorar de vida.

ORGANIZAÇÕES DOS GARIMPEIROS

Em 1984 criou-se a Congar, uma cooperativa para poder requerer os direitos “minerários” e passar para o garimpeiro (...). Em 1982 já se tinha criado a Programar, que depois [1986] virou Sindicato Nacional e depois Sindicato dos Garimpeiros de Marabá.

Em 86, aí chegou as mulheres. Antes só tinha homens, lei seca, não tinha bebida, não tinha nada, em 86 nós conseguimos trazer às mulheres porque a idéia do Estado era que a gente não ficasse aqui, então se não tem mulher não fica raízes, o homem garimpeiro é um ser nômade e se ele não tem a família não tem como fixar raízes, então a idéia era não deixar que viessem mulheres para que homem não se fixasse aqui. Desde o princípio já tinha uma idéia de não manter essa comunidade.

Com a chegada das mulheres em 86 nós criamos a Associação de Moradores. Essa foi a segunda organização de fato criada em Serra Pelada (...). Veio a Constituição de 88, aí se criou a possibilidade dos garimpeiros se organizar em cooperativas (...), e como nós tínhamos aqui uma só cooperativa, uma só área registrada, só 100 hectares requeridas, percebemos que todas as áreas em volta não estavam requeridas (...) O

resultado foi que e cada localidade onde era aberto um garimpo criamos uma cooperativa (...). Essas cooperativas acabaram servindo de suporte para que a gente pudesse enfrentar à Vale do Rio Doce (...).

A Comigasp tem 43 mil associados. A maioria dos sócios das outras cooperativas são sócios também da Comigasp (...).

Sempre houve mobilizações em Serra Pelada, de maneira natural, às vezes até desorganizada. Em 92 Collor declarou Serra Pelada Patrimônio Histórico, aí fizemos um trabalho para o destombamento de Serra Pelada em 95-96 (...).

Em 2007, o governo deu uma travada em tudo, aí recriamos MLSP (Movimento de Libertação de Serra Pelada), demos uma renovada, e recriamos o MLSP como o nome de MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração).

PROBLEMAS COM A APOSENTADORIA

A efeitos previdenciários na Constituição de 88 o garimpeiro ficou igual que o pescador e ou seringueiro. Mas em 2000 FHC retirou isso (...). Com o Estatuto dos Garimpeiros, que aprovamos no Senado e o Presidente [Lula] sancionou deixamos de ser clandestinos e passamos à legalidade (...). Mas ainda não foi feita uma lei complementar que defina a questão previdenciária do garimpeiro. Mas como o trabalho de garimpeiro é uma atividade sazonal, e todo o mundo em sua maioria são trabalhadores rurais, aí o garimpeiro, por uma questão de necessidade, passa a se assumir como trabalhador rural para poder ter direito à aposentadoria.

OS “POLÍTICOS” E CVRD

Se a gente fosse avaliar fazendo um levantamento na vida dos deputados você vai observar que temos mais de 100 deputados que foram eleitos financiados pela Vale (...). Esses deputados estão distribuídos na Comissão de Minas e Energia, na Comissão do Meio Ambiente, de Finanças..., dificilmente vai ser aprovada alguma coisa que prejudique a Vale. É o caso daqui, a Vale apoiou o prefeito de Curionópolis, também a Colossos apoiou, que fez a parceria com a Comigasp, também investiu no prefeito aqui (...).

As empresas mineradoras, a Vale, influenciam na vida política do país de maneira totalmente direta, esses políticos defendem de fato e de direto os interesses das grandes empresas, do grande capital.

Hoje já faz mais de 20 anos que não se garimpa aqui. Fecharam o garimpo, mas o Estado não criou nenhuma outra possibilidade de sobrevivência. Acabou com uma fonte de renda, mas não criou nenhuma outra fonte de renda para esse comunidade.

CAMPONESES- GARIMPEIRO: TERRA & TRABALHO

Como o garimpeiro é meio nômade, o garimpeiro acabou se agregando aos movimentos sociais, aos Sem Teto, aos Sem Terra, a Fetagri. Como todo o mundo, em sua maioria, é de origem camponesa a possibilidade que o garimpeiro teve foi se agregar, se somar, ao Movimento dos Sem Terra. Haja visto que nas mortes da Curva do S [Eldorado dos Carajás], dos 21 sem terra que morreram, tinha 15 garimpeiros (...). Todos os acampamentos e assentamentos desta região são basicamente compostos por garimpeiros que ficaram sem saber onde trabalhar.

A partir de que montam as grandes mineradoras só vai trabalhar quem têm qualificação. Então essas pessoas vão ficar desempregadas, vão inchar os bolsões de miséria das periferias das cidades (Parauepebas, Marabá, Eldorado...).

Vem todo dia, duas vezes por semana, três vezes por semana, o trem [São Luiz do Maranhão-Parauepebas] lota e traz um monte de gente para cá e quando chegam aqui essas pessoas não encontram trabalho (...).

O garimpo era uma opção, é opção (...). A gente tem questionado, assim como na agricultura e na pecuária nós temos a Sagre, nós temos a Emater (...). Na mineração deveria ter algo parecido (...). A ação mineral de qualquer maneira impacta, causa impacto ambiental, mas a idéia não seria acabar com o garimpo, desestimular, mas sem orientar como garimpar, como você impacta menos, como você tenta repor o ambiente como era antes. O garimpeiro devasta, mas também fazendeiro devasta, mas não por isso falaram de acabar com a produção de gado... A Vale devasta, produto químico para todo lado, mas nem por isso falaram de acabar com ela (...).

Hoje a vila de Serra Pelada tem de 6 a 7 mil habitantes. Moram aqui, mas trabalham fora, aqui não tem emprego, apenas dinheiro das aposentadorias, e alguns pequenos garimpos (...) em áreas das cooperativas.

A COLOSSOS, A VALE E A LIBERAÇÃO DO ALVARÁ DE LAVRA

Agora todos os jornais falam de que Lula, Lobão, Dilma, virão para entregar o alvará de lavra a Serra pelada. Deveríamos estar todo mundo feliz, mas ao contrário, se o alvará fosse liberado todo vai vir para a empresa e nada para o garimpeiro (...).

A Colossos é uma empresa controlada pela Vale do Rio Doce, as pesquisas da Colossos [em Serra Pelada] são as mesmas que fez a Vale, tem a Vale por trás da Colossos. Tipo do que aconteceu com a empresa Onça Puma quando fez a pesquisa. Quando teve a LA [Licença Ambiental] e a LO [Licença de Operação] chegou a Vale e comprou a Onça Puma. Entre aspas comprou, pois a Onça Puma já era dela (...). Privatizada a Vale não representa os interesses da comunidade. A Vale não é parceira da comunidade, a Vale explora à comunidade na qual ela atua.

5. Entrevista Deusimar Sales (“Deusa”), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de Parauebas.

Nascida em 1966, Deusa é pedagoga e diretora da escola de educação fundamental *Crescendo na Prática* do assentamento Palmares-II, um dos assentamento do MST melhor organizados do país. A entrevista foi realizada no dia 22 de janeiro de 2010, na escola *Crescendo na Prática*.

DO MARANHÃO PARA PARAUEBAS

A minha vida é marcada pelo processo de migração brasileira. Eu sou maranhense, da região nordeste do Estado (...). Eu vim ao Pará em 86 na época da implantação do Projeto Carajás. Naquele período muita gente estava vindo para cá, para essa região, porque foi justamente nesse período da implantação de Carajás... e estava ainda funcionando o projeto Serra Pelada (...), e muitas pessoas do meu estado desceram para cá, era pertinho, e também vieram de outras regiões do país.

Meu irmão morava no Pará desde 1979. Ele veio na época da construção da hidrelétrica de Tucuruí, foi um dos trabalhadores construtor da barragem (...). Eu vim depois, era o princípio da criação da vila [Parauapebas], não era uma cidade como hoje, era uma pequena vila. Ele chegou a Parauapebas em 81 eu cheguei em 86.

Naquele período o imaginário das pessoas que migravam para esta região era que chegava aqui e ia encher o bolso de dinheiro, ou emprego, ou com ouro..., ou qualquer coisa. E a pobreza que a gente vivia no Maranhão, a miséria, também proporcionava a saída das famílias daquela região (...).

A nossa vida também foi marcada pela seca. O meu pai sempre foi camponês, sem terra, “meiero”, naquela região marcada pela seca. A minha vida na infância, na adolescência, foi marcada pela miséria, pela pobreza. Vindo ao Pará em 86 (...) era a ilusão de vir para cá para procurar emprego. Eu fiquei aqui por um período de dois anos. Trabalhei em Carajás numa empreiteira que prestava serviços para a Companhia Vale do Rio Doce (...).

VIAGEM AO CENTRO: SÃO PAULO

Naquela época era também um período de grande migração para o Estado de São Paulo. Aqui era o Projeto Carajás, lá, em São Paulo, era a construção civil a que estava em alta. Naquela época meu irmão trabalhava no projeto Carajás e a firma da construção civil que ele trabalhava aqui chamou ele para ir a São Paulo, aí eu o acompanhei (...).

Em 87 trouxemos toda a nossa família do Maranhão para Parauapebas. Mas deixamos eles aqui e fomos para São Paulo (...). Fui lá em 88 e voltei em 1994 (...). Em São Paulo trabalhei na construção civil (...) depois trabalhei no mercado informal (...).

DOS CURSOS PROLONGADOS DO MST NO MARANHÃO AO PARÁ

Quando deu 92 eu vim visitar minha família e o meu pai já tinha acampado num assentamento do MST aqui em Parauapebas (...). De 92 a 94 eu nunca perdi mais o contato com o MST (...). Quando deu 94 eu decidi deixar tudo lá em São Paulo e retornar para cá (...). Mas não retornei a Parauapebas, fui direto para o Maranhão.

Naquela época para entrar no MST tinha os cursos prolongados de formação. Minha entrada no MST não foi pela porta do assentamento, foi direto para o curso de formação (...).

Retornei para o Pará em agosto de 94 depois de ficar quatro meses no Maranhão, estudando a filosofia, a história do MST, a teoria da organização (...).

Ao retornar, as famílias que hoje são assentadas aqui, que tinham ocupado a área da Cerâmica Rio Verde, estavam assentadas no Inkra de Marabá, depois de terem sido despejadas do Cinturão Verde [área de concessão da CVRD no município de Parauapebas]. Foi aí, a partir desse momento, que eu tive a minha experiência de luta pela terra, que eu tomei a decisão de me assentar, me cadastrar.

PALMARES: VITÓRIA, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

Após deixar a sede do Inkra em Marabá, retornamos a Parauapebas e acampamos na frente da Prefeitura, depois ficamos quatro meses acampados em frente a Cerâmica Rio Verde até maio de 1995, antes de ocupar a parte da fazenda Rio Branco que ainda não tinha sido ocupada, onde foi criado o assentamento Palmares. Depois que ocupamos, o processo foi rápido (...).

O massacre de Eldorado dos Carajás acelerou o processo, não só aqui, mas em todo o país. O governo brasileiro decidiu acelerar o processo de desapropriação, até para aliviar a consciência do que tinha acontecido.

A gente se organizava em Palmares por grandes grupos de famílias, cada grupo tinha entre 30 e 40 famílias. Em 98 era época de implementação dos projetos agrícolas e bovinos nos lotes. Uns deram certo, outros não.

De 2000 para cá houve alguns processos de mudança (...). A nível nacional estava se estudando uma nova forma e organização, através da nucleação de pequenos grupos, entre 10 a 15 famílias, para fortalecer a organização das famílias, fortalecer os debates. Nucleamos a todo o mundo. Depois veio a reflexão, de 2005 para cá (...), e optamos por organizar as famílias em três grandes regiões dentro do assentamento, que têm em média 172 famílias.

Nos anos 90 produzíamos muito arroz e gado. Depois fomos deixando o gado, e hoje a maior produção é de mandioca e seus derivados, e também de culturas permanentes. Produzimos polpa de cupuaçu, açaí... Grande parte da produção é comercializada em Parauapebas.

Do curso no Pronera a diretora de Escola

No curso de formação no Maranhão as pessoas foram percebendo que eu tinha afinidade nessa área da educação (...). Na sede do Inkra em

Marabá fizemos o nosso barraquinho, com outras educadoras leigas, que inclusive hoje elas estão todas trabalhando aqui, já formadas.

Eu também fiz parte do coletivo nacional do MST na área da educação até 2007. Nós organizamos o setor de educação aqui no estado, os coletivos regionais. Aí foi aumentando a militância do MST no estado. Naquele período, de início de 90 o MST aqui no Pará era todo frente de massas. Aí fomos estruturando, construindo os setores dentro do movimento (...).

Lá em São Paulo não teve oportunidade nem motivação para continuar estudando. Ao entrar no MST eu retornei os estudos em 97. Fui fazer o ensino médio na área do magistério numa escola que temos no Rio Grande do Sul.

Em 98 quando nós conquistamos o Pronera [Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária] (...). A primeira parceria foi feita com a Universidade da cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Aqui conseguimos a parceria com a Universidade Federal do Pará (...), no curso de Pedagogia. Era a quarta turma a nível nacional com a qual foi feita parceria com uma universidade pública. Aí eu fiz o curso de pedagogia na UFPA em Belém (...).

Em 2007 tive a proposta da direção do MST de assumir a direção da escola *Crescendo na Prática*. Nesse momento eu já estava habilitada, tinha feito o curso de pedagogia. Em todos esses anos eu tinha trabalhado no setorial de educação do MST, na educação não formal. Mas como eu faço parte de uma comunidade, de um coletivo, que determina os nossos espaços, que orienta o que vamos fazer, aceitei a proposta da direção do MST. Como a eleição é direta, foi feita a eleição e a chapa da qual eu fazia parte venceu.